

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	10
5.3 - Descrição - Controles Internos	14
5.4 - Programa de Integridade	18
5.5 - Alterações significativas	25
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	26

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	27
10.2 - Resultado operacional e financeiro	38
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	43
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	44
10.5 - Políticas contábeis críticas	47
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	54
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	55
10.8 - Plano de Negócios	56
10.9 - Outros fatores com influência relevante	61

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 – Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia é controlada pelo Grupo Neoenergia, cuja política Geral de Gestão de Risco Corporativo foi aprovada pelo Conselho de Administração em 14 de Dezembro de 2016 e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos no Grupo e suas controladas.

Esta Política é o marco de gestão de risco corporativo do Grupo Neoenergia complementada pelas seguintes políticas de risco corporativas e políticas de risco para os negócios, também aprovadas pelo Conselho de Administração: Política de Risco de Mercado de Energia, Política de Risco de Crédito, Política de Riscos Financeiros, Política de Seguros, Política de Risco para o negócio Liberalizado (Geração e Comercialização), Política de Risco para o negócio de Renováveis e Política de Risco para o negócio de Redes (Transmissão e Distribuição).

Em 2017 e todos os anos, as políticas são periodicamente revisadas, tendo seus limites e referências atualizadas e posteriormente aprovadas pelo Conselho de Administração.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

O objetivo da Política Geral de Gestão de Risco Corporativo é estabelecer as diretrizes, princípios e responsabilidades para a gestão de riscos, de maneira a monitorar e mitigar tais riscos de forma eficaz.

De forma complementar, as políticas de risco para os negócios e as políticas corporativas de risco definem regras, procedimentos, níveis de exposição, indicadores e limites de risco específicos, conforme descrito a seguir.

- Política de Risco de Mercado de Energia: estabelece os princípios e diretrizes para controle e gestão dos riscos de mercado de energia nas atividades de Geração, Distribuição e Comercialização de energia, tanto no mercado regulado quanto no mercado livre, sobre atualização periódica das variáveis para determinação da demanda de energia, ao cumprimento dos limites regulatórios do nível de contratação de energia, ao controle da exposição a preço das geradoras no caso de indisponibilidade, falta de lastro e risco hidrológico.

- Política de Risco de Crédito: estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão de risco de crédito de todas as transações sujeitas a exposição junto a contrapartes que possa gerar perdas no caso de descumprimento de obrigações contratuais, com destaque

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

para contrapartes em operações financeiras e contrapartes comerciais, em especial nos negócios de comercialização e geração, bem como junto a seguradoras, prestadores de serviço e fornecedores. Estabelece ainda regras sobre limites para cada contraparte de acordo com a sua capacidade de crédito, garantias, recuperação de valores vencidos, diversificação de contrapartes.

- Política de Riscos Financeiros: estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão financeira e de riscos de financeiros, com destaque para regras e limites sobre mitigação de risco cambial e de taxas de juros, instrumentos para gestão de liquidez e solvência, avaliação de hedges naturais, diversificação de instrumentos de dívida, volume de caixa mínimo e utilização de instrumentos derivativos.
- Política de Seguros: estabelece os princípios e diretrizes para controle e gestão de seguros com o objetivo de mitigar a exposição do grupo contra os seus riscos operacionais, de construção e de responsabilidade civil.
- Política de Risco para o negócio de Redes: estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão dos riscos associados ao negócio de distribuição e transmissão de energia, com destaque para diretrizes específicas e limites de risco relacionadas ao nível de contratação de energia, aos índices processos de unitização, investimentos e gastos para eficiência na revisão e reajuste tarifário, ao índice de inadimplência, ao volume de investimentos, à qualidade do serviço, operação e manutenção da rede e à gestão de empresas prestadoras de serviços, dentre outros.

Os principais riscos para os quais a Companhia pode estar exposta e busca gerir e mitigar envolvem:

- Negócio: Possibilidade de perdas econômicas ou financeiras devido à incerteza das variáveis intrínsecas aos negócios, como por exemplo, o balanço de oferta/demanda de energia elétrica, a hidrologia e a estratégia dos demais agentes.
- Mercado: Possibilidade de perdas econômicas ou financeiras devido à exposição a variáveis de mercado, como por exemplo, taxas de câmbio, taxas de juros, preços de commodities, preços e taxas de ativos financeiros, dentre outros.
- Crédito: Possibilidade de perdas econômicas ou financeiras devido ao não cumprimento de obrigações financeiras e contratuais de contrapartes, como inadimplência ou 'não performance'.
- Regulatórios e políticos: Possibilidade de perdas econômicas ou financeiras devido à criação ou alteração nas normas estabelecidas pelos órgãos reguladores sobre as quais o setor elétrico ampara suas operações, tais como mudança no grau de controle das atividades reguladas e condições de fornecimento, ou fiscal, incluindo os riscos de mudança política que possam afetar a segurança jurídica e o marco legal aplicável aos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

negócios em cada jurisdição, a nacionalização ou expropriação de ativos, cancelamento de licenças e descumprimento parcial ou total dos contratos.

- Operacionais, tecnológicos, ambientais, sociais e legais: Possibilidade de ocorrência de perdas econômicas ou financeiras resultantes de processos internos inadequados, falhas tecnológicas, erros humanos, de sistemas ou ainda de certos eventos externos, incluindo o impacto econômico, social, ambiental e reputacional, bem como o risco legal e de fraude. Esses riscos incluem ainda aqueles associados à tecnologia da informação e à segurança cibernética, bem como risco de obsolescência tecnológica, dentre outros.
- Reputacionais: Potencial impacto negativo devido à conduta, comportamento e posicionamento em desacordo com as expectativas criadas pelos diversos grupos de interesse.

A Companhia considera como mecanismos de proteção aos riscos descritos no item 4.1 o monitoramento periódico dos limites de risco aprovados pelo Conselho de Administração, a execução e acompanhamento das ações contínuas e dos planos de mitigação dos riscos e, ainda o reporte periódico de tais informações aos fóruns competentes, com destaque para o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, a Diretoria e os demais comitês ou comissões relacionadas à atividade de gestão de riscos.

Por fim, os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do setor.

Dessa forma, a Companhia analisa estes riscos e define estratégias para gerenciar o impacto sobre seu desempenho, em consonância com sua Política Geral de Gestão de Risco Corporativo e demais políticas aplicáveis.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

A gestão e mitigação dos riscos é resultado do processo de identificação dos riscos que é realizado junto às áreas responsáveis, Planos de Longo Prazo e Objetivos Corporativos da Companhia.

Após sua identificação, os riscos são classificados de forma padronizada de acordo com as seguintes características: categoria; relevância; evolução em relação ao período anterior; descrição dos fatores de risco; horizonte de tempo; impacto; probabilidade de ocorrência; e 'dono' do risco.

Com a identificação e classificação dos riscos, são discutidos e propostos indicadores, ações de mitigação, planos de ação e os respectivos responsáveis. A consolidação dessas informações compõe o mapa de riscos, encaminhado para apreciação da Comissão de Gestão de Riscos e posterior aprovação na Diretoria .

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Comissão de Gestão de Riscos tem a função de monitorar a evolução, os impactos e a probabilidade de ocorrência dos riscos, o que inclui o acompanhamento das ações de mitigação e planos de ação.

O Conselho de Administração aprova anualmente os limites de riscos que são parte integrante das políticas de risco aprovadas para a Companhia.

Especificamente em relação à eventual exposição a situações que infrinjam a legislação anticorrupção ou de combate à lavagem de dinheiro, em virtude das relações da Companhia com autoridades, órgãos reguladores e a administração pública em geral, o Grupo Neoenergia dispõe de uma Superintendência de Compliance, responsável por gerir um programa de integridade e estabelecer medidas de prevenção a riscos de corrupção e prática de atos ilícitos, bem como ações de reação a situações de não conformidade porventura identificadas. Dentre essas medidas e ações destacam-se:

Código de Ética: O Código de Ética é um guia de atuação e padrão de conduta aplicável a todos os profissionais da Companhia e suas controladas. O documento é baseado em valores e princípios que devem estar presentes nas relações com os diferentes públicos, e o cumprimento de suas diretrizes tem por objetivo preservar a integridade e a reputação dos profissionais e das empresas do grupo da Companhia. O Código de Ética aborda riscos gerais e também específicos, na medida em que traz regras relativas à oferta e ao recebimento de favores e presentes, relacionamento com entes públicos, repúdio à corrupção, situações de conflito de interesses, assédio, confidencialidade das informações, proteção de recursos, segurança e saúde do trabalho, entre outros. O documento está disponível no website e na intranet da Companhia;

- **Código de Conduta Ética para fornecedores:** O Código de Conduta Ética para Fornecedores, aprovado em 22 de outubro de 2015, descreve as expectativas da Companhia e suas controladas em relação aos seus fornecedores. Ao aceitar os termos contidos no documento, os fornecedores reconhecem que todos os acordos, contratos e relações comerciais com a Companhia e suas controladas, existentes e futuros, estão sujeitos às suas disposições. O Código de Conduta Ética para Fornecedores contém regras e compromissos relacionados a diversos temas, tais como ética e integridade, repúdio à corrupção, brindes e presentes, confidencialidade das informações, doações, trabalho escravo e infantil, meio ambiente, entre outros;

- **Política Anticorrupção:** A Política Anticorrupção aplica-se a todos os profissionais da Companhia e suas controladas, e tem como objetivo estabelecer padrões mínimos de comportamento frente a situações que possam envolver ou caracterizar corrupção, suborno ou lavagem de dinheiro, de maneira a demonstrar o compromisso da Companhia e de sua administração no combate à corrupção e a outros atos ilícitos;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- **Política de Conflitos de Interesses:** Esta política estabelece diretrizes que devem ser observadas pelos profissionais da Companhia e suas controladas quanto a situações que envolvam conflitos de interesses reais, potenciais ou percebidos, bem como situações que possam caracterizar concessões de vantagens indevidas, suborno, corrupção ou favorecimento indevido;
- **Política de Recebimento e Entrega de Brindes, Presentes, Hospitalidades e Vantagens:** Esta política tem por objetivo orientar a conduta dos profissionais do grupo da Companhia com relação ao recebimento e oferecimento de brindes, presentes, vantagens e cortesias, tendo em vista a necessidade de evitar conflitos de interesses reais, potenciais ou percebidos e situações que possam caracterizar suborno ou corrupção pública ou privada;
- **Política de Doações e Patrocínios:** Esta política objetiva orientar e auxiliar a conduta de profissionais da Companhia, suas controladas, subsidiárias e coligadas quanto aos patrocínios e doações a serem concedidos em relações comerciais;
- **Norma de Orientação do Uso, Controle e Segurança da Informação:** Esta norma tem por objetivo estabelecer critérios para uso, controle e proteção da informação e dos ativos de informação do Grupo Neoenergia, preservando suas propriedades e possibilitando a continuidade competitiva do negócio. Cabe a todos os profissionais e a qualquer pessoa ou organização que tenha acesso às informações e aos ativos de informação do Grupo Neoenergia conhecer e cumprir as disposições da norma;
- **Norma de Relacionamento com o Poder Público:** Esta norma tem como objetivo orientar e disciplinar as atividades da Companhia e suas controladas, bem como seus respectivos colaboradores e representantes, no relacionamento com entes ou agentes públicos;
- **Norma de Gestão de Risco de Compliance:** Esta norma tem por objetivo disciplinar o processo de gestão de riscos de compliance no Grupo NEOENERGIA, envolvendo a identificação, qualificação, mitigação e monitoramento dos riscos de compliance a que a empresa e suas controladas estão expostas.
- **Canal de Denúncia anônimo e independente:** A Companhia possui um canal de denúncias gerido externamente por empresa especializada (atualmente a Deloitte), que pode ser utilizado por todos os profissionais do grupo da Companhia e pelo público externo, e se destina ao recebimento de relatos de condutas contrárias ao Código de Ética, às Políticas de Integridade e à lei;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Procedimentos de investigação e aplicação de medidas disciplinares: A Companhia possui uma estrutura para identificar condutas irregulares e proceder com as investigações para apurar os fatos, bem como para aplicar eventuais medidas disciplinares cabíveis, além de recomendar aprimoramentos nos processos para a eliminação de não conformidades;
- Canal de consultas éticas para colaboradores: Ferramenta desenvolvida para esclarecer rapidamente as dúvidas de todos os profissionais da Companhia relacionadas à aplicação do Código de Ética e demais documentos de integridade;
- Comitês de Ética: Subordinados à Superintendência de Compliance, têm por objetivo zelar para o cumprimento dos valores e princípios do Código de Ética, contribuir com a disseminação de uma cultura de integridade entre todos os profissionais do grupo da Companhia, investigar casos de violação e esclarecer dúvidas dos profissionais com relação às diretrizes do Código de Ética, auxiliando em sua interpretação e incentivando e divulgando medidas preventivas buscando evitar desvios de conduta;
- Avaliação periódica de riscos de corrupção: A partir de 2016, a Companhia conduziu uma série de atividades com o objetivo de realizar um levantamento de riscos de corrupção e, assim, atuar na prevenção e melhoria de seu programa de integridade, garantindo sua efetividade. Em 2017, o mapeamento de risco foi conduzido com o objetivo de construir os mapas de riscos e adotar ações complementares de mitigação ou eliminação dos riscos considerados relevantes. O levantamento de riscos de compliance é de responsabilidade da Superintendência de Compliance e, até o momento, não foram identificadas quaisquer não conformidades;
- Treinamento para liderança e colaboradores: A Companhia oferece treinamentos periódicos e de comunicação contínua relacionados à ética, integridade e prática anticorrupção para sua liderança e seus colaboradores, por meio dos módulos presencial e à distância (curso online), conforme detalhado abaixo. Os treinamentos são oferecidos na forma presencial ou à distância (online), sendo alguns deles obrigatórios (e.g. treinamento de compliance e treinamento de integridade no programa de integração de novos colaboradores);
- Cláusula anticorrupção e procedimentos de due diligence de fornecedores: Além do Código de Ética e do Código de Conduta Ética para Fornecedores, a Companhia também adota um modelo de cláusula anticorrupção para seus contratos e procedimentos de due

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

diligence de integridade para relacionamento com fornecedores, por meio do preenchimento de Questionário de Integridade, pesquisas em fontes públicas, e avaliação de risco de fornecedores considerados críticos. A avaliação de fornecedores críticos ocorre nos casos de: (i) identificação de restrição no Portal da Transparência (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, Cadastro Nacional de Empresas Punidas e Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas); (ii) existência de investigação conduzida por autoridade administrativa ou judicial. Nesses casos, observa-se o disposto no item 3.4.5 da Política Anticorrupção da Companhia, que prevê níveis específicos de seleção e monitoramento destes fornecedores (tais como justificativa para a contratação, formalização de contratos detalhados e por tempo determinado, acompanhamento e monitoramento tempestivo da prestação do serviço junto ao fornecedor durante a vigência do contrato, análise das áreas de compliance e jurídico nos casos de fornecedores com histórico de descumprimento da legislação anticorrupção). Além disso, a Companhia está discutindo um novo modelo de classificação de risco para fornecedores mais rigoroso que levará em consideração os seguintes fatores: (i) nível de relacionamento com o poder público; (ii) valor da contratação; (iii) forma de remuneração; (iv) tipo de empresa/serviço; e (v) existência de condições específicas (e.g. pessoas politicamente expostas, processos de investigação, graus de parentesco com empregados da Companhia). Tais fatores ponderados determinarão o nível de profundidade de due diligence prévia, antes da coleta de preços.

A Auditoria Interna realiza uma supervisão independente e objetiva de avaliação, destinada a agregar valor e melhorar as operações da organização, por meio do aprimoramento dos instrumentos destinados à gestão de riscos, controles internos, compliance e processos de governança.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura de gestão de risco corporativo do Grupo Neoenergia conta com a participação de seus diversos níveis hierárquicos, que participam do processo de gestão com responsabilidades bem definidas:

- Conselho de Administração do Grupo Neoenergia: responsável pela aprovação da Política Geral de Gestão de Risco Corporativo e suas atualizações; pela aprovação das Políticas Específicas de Gestão de Riscos e seus respectivos limites de risco; e pelo acompanhamento periódico da evolução dos indicadores de risco.
- Diretoria do Grupo Neoenergia: responsável pela aprovação dos mapas de riscos estratégicos; pela gestão e acompanhamento da evolução dos indicadores de risco; por garantir o alinhamento entre a estratégia organizacional e a gestão de riscos; pela integração da gestão de riscos aos objetivos estratégicos das Companhias e dos negócios do Grupo.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Superintendência de Gestão de Risco Corporativo do Grupo Neoenergia: responsável pela elaboração, coordenação e implantação das Políticas de gestão de riscos; pela elaboração dos mapas de riscos estratégicos; pela definição, acompanhamento e controle dos indicadores, limites e planos de ação em conjunto com as áreas de negócio e corporativas; pela definição e avaliação do risco de crédito das contrapartes do Grupo; pela coordenação das reuniões da Comissão de Gestão de Riscos; pela elaboração dos relatórios de acompanhamento para a Diretoria e Conselho de Administração; pela busca da melhoria contínua do processo de gestão de riscos e pela disseminação da cultura de gestão de riscos no Grupo e suas controladas.
- Comissão de Gestão de Riscos do Grupo Neoenergia: responsável pela avaliação dos mapas de riscos estratégicos para encaminhamento à Diretoria; por contribuir com a identificação, avaliação e priorização dos riscos; pelo acompanhamento dos limites, indicadores e planos de ação; por auxiliar na disseminação dos princípios e da metodologia de gestão de riscos nas Companhias e negócios do Grupo.
- Áreas de negócios e corporativas: responsável por auxiliar na elaboração dos mapas de riscos estratégicos; pela proposta, acompanhamento e cumprimento dos indicadores e limites estabelecidos; pela proposta, execução e controle dos planos de ação e estratégias de mitigação de risco aprovados; por agir proativamente na gestão e mitigação dos riscos, assegurando o papel da área de negócio como a 1ª linha de defesa na gestão e controle dos riscos; pelo acompanhamento constante das condições externas de forma a antecipar e mitigar riscos que possam gerar impactos negativos para o Grupo.

Adicionalmente, a gestão de risco é complementada pela estrutura organizacional de governança, riscos e controles do Grupo, que inclui:

- i) o Comitê de Auditoria e o Comitê Financeiro, responsáveis por análises e recomendações relacionadas a gestão de riscos como um todo e a riscos financeiros, a fim de suportar as decisões do Conselho de Administração;
- ii) as superintendências de Auditoria Interna, de Compliance e de Controles Internos do Grupo e de suas Companhias, que garantem o monitoramento sistemático do cumprimento das políticas e estratégias estabelecidas.

Estas superintendências, em conjunto com Gestão de Risco Corporativo e as áreas de negócios e corporativas, complementam e fortalecem a estrutura de gerenciamento de riscos criando três linhas de defesa:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos



Neste modelo, as áreas de Negócio são a primeira linha de defesa no gerenciamento de riscos; as diversas funções de controle de riscos e supervisão de conformidade estabelecidas pelo Conselho de Administração (Risco Corporativo, Controles Internos e Compliance) são a segunda linha de defesa; e a avaliação independente feita pela Auditoria Interna é a terceira linha de defesa.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Administração entende que sua estrutura operacional está adequada para garantir o cumprimento das diretrizes da política geral de gestão de riscos corporativos, além de considerá-la alinhada às melhores práticas de mercado.

A gestão dos riscos permeia todos os níveis hierárquicos do Grupo Neoenergia e envolve, além das superintendências Auditoria Interna, Controles Internos e Compliance, todas as áreas de negócios ou corporativas definidas como responsáveis por cada risco mapeado.

Cabe destacar ainda que Auditoria Interna é responsável por verificar o cumprimento das políticas e demais normativos da Companhia associados ao plano anual de trabalhos, que se baseia em riscos. O plano anual de trabalhos da Auditoria Interna é referendado pelo Comitê de Auditoria visando apoiar a realização dos objetivos estratégicos da Companhia e é posteriormente aprovado pelo Conselho de Administração, incluindo tópicos e normativos relacionados à gestão de riscos, tais como:

- Auditoria sobre os controles de monitoramento dos limites e indicadores das Políticas de Riscos;
- Auditorias anuais relativas ao cumprimento do Código de Ética;
- Revisão semestral do funcionamento dos controles mais críticos do Sistema de Controle Interno sobre a Informação Financeira.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 - Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:**

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:

A Política de Gestão de Risco Corporativo do Grupo Neoenergia, do qual a Companhia faz parte, foi aprovada pelo Conselho de Administração em 14 de dezembro de 2016 e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos nas empresas do grupo da Companhia.

A Política de Riscos Financeiros, aprovada pelo Conselho de Administração em 29 de junho de 2017, define os princípios, diretrizes e limites para gestão de risco de mercado, com destaque para os riscos de taxa de câmbio, taxas de juros, liquidez e solvência, além de diretrizes sobre a utilização de derivativos, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

A Política de Riscos Financeiros é complementada ainda pela Política de Risco de Crédito, aprovada em 29 de novembro de 2004 e revisada em 14 de dezembro de 2016, e pela Política Financeira, aprovada em 10 de março de 2005 e revisada em 29 de junho de 2017.

Em relação a risco de mercado de energia, há ainda a Política de Risco de Mercado de Energia, aprovada pelo Conselho de Administração em 29 de junho de 2017, que define diretrizes para gestão de preços de energia (PLD).

Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

O Grupo Neoenergia está exposto ao comportamento de diversos fatores de risco de mercado que podem impactar seu fluxo de caixa e o balanço patrimonial principalmente:

- Risco de instabilidade cambial: o grupo possui empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e a exposição relativa à captação desses recursos é coberta pela utilização de instrumentos derivativos de proteção econômica e financeira contra a variação cambial.
- Risco de inflação: Conforme mencionado no item 4.1, a elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar, em última instância, a elevação das tarifas de energia elétrica e o consequente aumento da inadimplência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- Risco de variação nas taxas de juros: A Companhia busca manter o equilíbrio entre ativos e passivos indexados a taxas de juros, mantendo uma proteção natural entre seus empréstimos e financiamentos e suas aplicações financeiras.

ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

O Grupo Neoenergia possui política de gerenciamento de riscos, que tem o propósito único e específico proteger a empresa de eventuais exposições a fatores que possam afetar suas operações e sua posição financeira.

As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de hedge;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial de valor superior a USD 400 mil devem ser protegidos por meio de operações de hedge;
- Avaliar o risco de toda dívida em moeda local emitida com taxas diferentes de CDI e TJLP e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros;
- Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de hedge; e
- Não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' nem 'alavancados'.

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Não aplicável. A Afluente T não possuía instrumentos de hedge em 31 de dezembro de 2017, por não possuir exposição aos riscos de mercado.

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

As operações são aprovadas observando a governança do Grupo Neoenergia, sendo reportadas mensalmente ao Comitê Financeiro e periodicamente ao Conselho de Administração.

Dentre os parâmetros utilizados para verificar o enquadramento das estratégias de mitigação adotadas, destacam-se: i) a verificação da execução dos programas de hedge conforme aprovação; ii) a verificação do alinhamento entre os fluxos de caixa do item protegido e do instrumento de hedge, principalmente os montantes e respectivos vencimentos; iii) a atualização periódica das exposições estimadas para evitar risco de *overhedge*.

Por fim, a Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

O grupo da Companhia não opera instrumentos financeiros derivativos para fins que não sejam de proteção (hedge). A Política de Riscos Financeiros proíbe a utilização de derivativos para fins especulativos, bem como a contratação de derivativos exóticos ou alavancados.

A utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger ativos e passivos relevantes da empresa, em especial passivos contratados em moedas estrangeiras, a variações dessas moedas ou taxas de juros estrangeiras.

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta principalmente pelo Conselho de Administração, Comitê Financeiro, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Comissão de Risco, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos.

O Comitê Financeiro, integrado por representantes dos acionistas, tem como principais competências acompanhar a evolução dos indicadores e situação financeira da Companhia e suas controladas, avaliar as premissas do Plano Financeiro Anual, acompanhar as premissas e resultados da carteira de aplicação e de dívida, bem como avaliar e recomendar alternativas para otimização de gestão de recursos e todas as operações financeiras de competência do Conselho de Administração.

A Comissão de Gestão de Risco é composta por membros permanentes das áreas de negócio e corporativas da Companhia e suas competências e responsabilidades englobam, mas não se limitam, a: divulgar a metodologia de identificação e avaliação de riscos; contribuir na identificação, avaliação e priorização dos riscos; monitorar os indicadores e limites, bem como estabelecer e acompanhar a execução das ações de mitigação a serem implementadas; analisar e acompanhar periodicamente a exposição aos principais riscos da Companhia; e analisar e encaminhar para aprovação os mapas de riscos.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das empresas do Grupo, entre elas Afluente T, e normalmente envolvem a Diretoria Executiva e/ou o Conselho de Administração, após apreciação do Comitê Financeiro.

É responsabilidade da Superintendência Corporativa de Riscos definir as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações.

Além disso, a gestão de riscos de mercado faz parte de toda a estrutura de gestão de riscos e controles descrita no item 5.1 deste Formulário de Referência, que inclui responsabilidades bem definidas para o Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Superintendência Corporativa de Riscos e Comissão de Gestão de Risco, além da estrutura de linhas de defesa que conta a participação das áreas de negócio e corporativas e das áreas de Gestão de Risco, de Controles Internos, de Compliance e de Auditoria Interna.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

O acompanhamento das estratégias de mitigação de risco de mercado é realizado periodicamente nas reuniões do Comitê Financeiro do Grupo Neoenergia, que avalia se as estratégias foram executadas conforme aprovado e se a aprovação ocorreu conforme previsto nos normativos.

A Auditoria Interna está estruturada para testar o cumprimento das diretrizes e políticas, enquanto a área de Controles Internos está estruturada para garantir o controle dos riscos relacionados à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, onde ocorre a divulgação específica das estratégias envolvendo derivativos. Além disso, auxilia as áreas de negócio na identificação da necessidade de criação e melhoria de controles, bem como a eficiência e eficácia dos processos administrativos e operacionais. Os resultados dessas auditorias são reportados diretamente ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração da empresa.

O Comitê de Auditoria tem como objetivo assegurar que as atividades da auditoria interna estejam alinhadas com os objetivos da Companhia, por meio da definição de diretrizes políticas de atuação e aprovação do plano de auditoria. Também compete ao Comitê a revisão das deficiências de Controle Interno apontadas nos relatórios de auditoria e a análise das medidas de correção adotadas, bem como acompanhamento e atuação na regularização dos pontos de auditoria.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado a estrutura operacional e de controle internos do Grupo Neoenergia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

A Companhia possui uma Superintendência específica para os assuntos referentes a Controles Internos, a qual reporta para a Diretoria de Controladoria. Existem ainda três outras Superintendências: Riscos, Compliance e Auditoria Interna que atuam em conjunto para as tratativas dos temas correlatos.

A Companhia implementou e mantém um ambiente de controles internos de modo a fornecer aos seus acionistas razoável segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações e demais informações financeiras, adotando como principal referência o modelo do COSO 2013 – Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission. Tal prática é utilizada no âmbito de todas as empresas do grupo da Companhia, considerando a análise de materialidade das demonstrações financeiras e os princípios básicos de governança corporativa

Para a consecução desse objetivo, o auxílio e suporte aos gestores no grupo da Companhia são realizados pela Superintendência de Controles Internos.

O ambiente de controles internos é suportado por sistemas, os quais proporcionam maior segurança e confiabilidade aos processos. Dentre os diversos sistemas periféricos que também possuem controles automatizados implementados, destacamos o sistema de gestão SAP-R3 com seus módulos principais e o SAP-BPC responsável pela consolidação das contas contábeis, que gerenciam um número elevado dos controles automatizados. Para assegurar a adequada segregação de função e as premissas de aprovação adotadas pela Administração, a Companhia possui a política de limites e alçadas documentada e implementada no sistema SAP R3.

Os perfis de acesso estão parametrizados no sistema SAP, e os conflitos mapeados e controlados por meio de ferramenta específica SAP-GRC.

Para a criação, liberação e alteração de perfil, existe um fluxo de aprovação envolvendo os proprietários das informações, usuários chave, Controles Internos e TI.

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Superintendência de Controles Internos da Companhia tem a atribuição de auxiliar a Administração no desenho e implantação dos controles sobre os relatórios financeiros, seguindo as melhores práticas de mercado.

Para tanto, foi elaborada uma metodologia e regimento de trabalho visando envolvimento das áreas de negócio, padronização e qualidade dos trabalhos desenvolvidos. Os controles internos da

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Companhia sobre os relatórios financeiros destinam-se ao oferecimento de garantias razoáveis com relação à preparação e à apresentação adequada das demonstrações financeiras publicadas. Assim como ocorre em qualquer sistema de controles internos e devido às suas limitações inerentes, o controle interno sobre os relatórios financeiros não poderá impedir ou detectar declarações inverídicas.

Com relação aos controles para assegurar a confiabilidade dos números financeiros, a Companhia adota em seu modelo de controles internos as referências do COSO 2013, utilizando ferramenta de apoio informatizada e online para sua documentação, monitoramento e certificação das informações financeiras e controles, conferindo transparência e confiabilidade aos números da Companhia. Além dos controles para confiabilidade dos números financeiros, são realizados diversos trabalhos de mapeamento de processos e desenho de controles, visando à melhoria e a maior confiabilidade dos processos.

O sistema de controles internos está em constante evolução, acompanhando e sendo atualizado de acordo com as principais mudanças ocorridas na Companhia.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

Na Companhia, a avaliação dos controles internos é conduzida por meio de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Superintendências de Controles Internos, Riscos e Compliance, além da Auditoria Interna e áreas de negócio. Compete ao Conselho de Administração ter ciência das deficiências significativas e fraquezas materiais encontradas no ambiente de controles internos da Companhia validando as ações cabíveis para mitigação das deficiências encontradas.

A Diretoria Executiva, em relação ao ambiente de controle, tem como principais atribuições: ter ciência, propor e/ou autorizar e acompanhar a implantação e execução dos controles para mitigação dos riscos de negócio, e acompanhar a implementação de controles internos decorrentes de deficiências identificadas pelos Auditores Independentes.

A Companhia possui uma Superintendência específica para os assuntos referentes a Controles Internos, a qual reporta para a Diretoria Executiva de Controladoria. Existem ainda três outras Superintendências, as quais sejam, (i) Riscos, que se reporta à Diretoria Executiva de Finanças e Relações com Investidores, (ii) Compliance, que se reporta ao Conselho de Administração e (iii) Auditoria Interna, que também se reporta ao Conselho de Administração, sendo que tais Superintendências atuam em conjunto para as tratativas dos temas correlatos. Abaixo estão listadas as principais atribuições de cada uma.

Superintendência de Controles Internos: (i) elaborar e executar o plano de trabalho de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

mapeamento de processos, identificar riscos e desenhar de controles para assegurar a confiabilidade das demonstrações financeiras e processos operacionais; (ii) desenhar os controles necessários identificados nos trabalhos de auditoria interna / externa, riscos e Compliance; (iii) acompanhar a evolução do ambiente de controle da Companhia, monitorando a implantação e execução dos controles;

(iv) reportar trimestralmente o status de controle à Diretoria Executiva e aos órgãos de assessoramento do Conselho de Administração por meio de relatórios e apresentações.

Superintendência de Riscos: (i) conduzir o processo de elaboração e atualização da matriz de riscos estratégicos da Companhia, recomendando ações mitigatórias; e (ii) elaborar as políticas de riscos.

Superintendência de Compliance: (i) elaborar e manter o programa de integridade; (ii) avaliar as violações; (iii) elaborar políticas e normas de compliance; (iv) identificar e conduzir ações de mitigação para os riscos de corrupção e fraude na Companhia.

Superintendência de Auditoria Interna: (i) planejar e executar o plano anual de trabalho, recomendando controles para o tratamento dos gaps identificados; (ii) monitorar e reportar para a Diretoria Executiva e comitês de assessoramento do Conselho de Administração sobre o acompanhamento e a implementação de controles internos decorrentes de deficiências identificadas pelos Auditores Independentes.

Cabe às áreas de negócio participarem do desenho dos controles, implementá-los e executá-los.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Superintendência de Controles Internos reporta diretamente para o Diretor Estatutário de Controladoria e tem a função de monitorar a implementação de controles sobre as informações financeiras, bem como a execução e qualidade das evidências dos mesmos na Companhia. Os planos de ação para mitigação de riscos são propostos pelo Diretor de Controladoria em conjunto com as áreas de negócio e aprovados pela Diretoria Executiva.

Além disso, a evolução da implementação dos planos de ação é acompanhada mensalmente pela Diretoria Executiva.

As informações apresentadas à Administração sobre o ambiente de controle demonstram principalmente: (i) percentual de controles implementados e não implementados; (ii) percentual de controles não executados por área de negócio; e (iii) grau de criticidade dos controles não

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

executados, dentre outros.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

De acordo com o relatório preparado e encaminhado por nossos auditores independentes relativo às Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, foi identificada 1 deficiência classificada como significativa, que está relacionada ao processo de revisão de lançamentos contábeis manuais

Como forma de correção da deficiência, os Auditores Independentes recomendaram a revisão do processo de aprovação de lançamentos manuais, principalmente no que se referem aos lançamentos efetuados pelas áreas fora da Contabilidade.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Todos os pontos de melhoria identificados nos trabalhos dos Auditores Independentes foram direcionados pela Administração, e o tratamento está sendo realizado pelas áreas de negócio com o acompanhamento das Superintendências de Controles Internos e Auditoria Interna.

Em relação às deficiências classificadas como significativas, esta em estudo a implementação de controle de aprovação sistêmica dos lançamentos manuais serem realizados além de estudo de viabilidade de expansão da amostra revisada.

Vale destacar que apesar das deficiências apontadas a companhia possui controle de revisão mensal dos lançamentos manuais e não foi identificada nenhuma divergência nos registros realizados no ano de 2017.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4. Programa de Integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

Em relação à eventual exposição a situações que infriam a legislação anticorrupção ou de combate à lavagem de dinheiro, em virtude da Companhia e suas controladoras com autoridades, órgãos reguladores e a administração pública em geral, a Companhia dispõe de uma Superintendência de Compliance, subordinada hierarquicamente ao Conselho de Administração, a ele vinculando-se por meio de Comitê de Auditoria, com independência de atuação, responsabilidade de gestão de um programa de integridade e estabelecimento de medidas, políticas e normas de prevenção a riscos de corrupção e prática de atos ilícitos, bem como ações de reação a situações de não conformidade porventura identificadas.

A Companhia possui uma Superintendência específica para os assuntos referentes a Controles Internos, a qual reporta para a Diretoria de Controladoria. Existem ainda três outras Superintendências: Riscos, Compliance e Auditoria Interna que atuam em conjunto para as tratativas dos temas correlatos.

A Companhia implementou e mantém um ambiente de controles internos de modo a fornecer aos seus acionistas razoável segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações e demais informações financeiras, adotando como principal referência o modelo do COSO 2013 – Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission. Tal prática é utilizada no âmbito de todas as empresas do grupo da Companhia, considerando a análise de materialidade das demonstrações financeiras e os princípios básicos de governança corporativa

Para a consecução desse objetivo, o auxílio e suporte aos gestores no grupo da Companhia são realizados pela Superintendência de Controles Internos.

O ambiente de controles internos é suportado por sistemas, os quais proporcionam maior segurança e confiabilidade aos processos. Dentre os diversos sistemas periféricos que também possuem controles automatizados implementados, destacamos o sistema de gestão SAP-R3 com seus módulos principais e o SAP-BPC responsável pela consolidação das contas contábeis, que gerenciam um número elevado dos controles automatizados. Para assegurar a adequada segregação de função e as premissas de aprovação adotadas pela Administração, a Companhia possui a política de limites e alçadas documentada e implementada no sistema SAP R3.

Os perfis de acesso estão parametrizados no sistema SAP, e os conflitos mapeados e controlados por meio de ferramenta específica SAP-GRC.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Para a criação, liberação e alteração de perfil, existe um fluxo de aprovação envolvendo os proprietários das informações, usuários chave, Controles Internos e TI.

As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Superintendência de Controles Internos da Companhia tem a atribuição de auxiliar a Administração no desenho e implantação dos controles sobre os relatórios financeiros, seguindo as melhores práticas de mercado.

Para tanto, foi elaborada uma metodologia e regimento de trabalho visando envolvimento das áreas de negócio, padronização e qualidade dos trabalhos desenvolvidos. Os controles internos da Companhia sobre os relatórios financeiros destinam-se ao oferecimento de garantias razoáveis com relação à preparação e à apresentação adequada das demonstrações financeiras publicadas. Assim como ocorre em qualquer sistema de controles internos e devido às suas limitações inerentes, o controle interno sobre os relatórios financeiros não poderá impedir ou detectar declarações inverídicas.

Com relação aos controles para assegurar a confiabilidade dos números financeiros, a Companhia adota em seu modelo de controles internos as referências do COSO 2013, utilizando ferramenta de apoio informatizada e online para sua documentação, monitoramento e certificação das informações financeiras e controles, conferindo transparência e confiabilidade aos números da Companhia. Além dos controles para confiabilidade dos números financeiros, são realizados diversos trabalhos de mapeamento de processos e desenho de controles, visando à melhoria e a maior confiabilidade dos processos.

O sistema de controles internos está em constante evolução, acompanhando e sendo atualizado de acordo com as principais mudanças ocorridas na Companhia.

As estruturas organizacionais envolvidas

Na Companhia, a avaliação dos controles internos é conduzida por meio de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Conselho Fiscal, Comitês de Assessoramento, Diretoria Executiva, Superintendências de Controles Internos, Riscos e Compliance, além da Auditoria Interna e áreas de negócio. Compete ao Conselho de Administração ter ciência das deficiências significativas e fraquezas materiais encontradas no ambiente de controles internos da Companhia validando as ações cabíveis para mitigação das deficiências encontradas. O Conselho Fiscal é um órgão ligado aos acionistas, cuja competência é, dentre outros, fiscalizar as ações praticadas pelos administradores, opinar sobre as contas da companhia (incluindo, mas não se limitando, a demonstrações financeiras e modificações de capital) e acompanhar a evolução dos tratamentos de GAP's levantados pelos Auditores Independentes e Auditores Internos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Cabe ao Conselho Fiscal e Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, em especial ao Comitê de Auditoria e Conselho, assessorar o Conselho de Administração, principalmente nos seguintes temas referentes ao ambiente de controle: (i) acompanhamento da implantação e execução de controles para mitigação dos riscos de negócio; (ii) acompanhamento da implementação de controles internos decorrentes de deficiências identificadas pelos Auditores Independentes; (iii) ter conhecimento dos trabalhos conduzidos pela área de Compliance; (iv) aprovação do plano de trabalho da Auditoria Interna.

A Diretoria Executiva, em relação ao ambiente de controle, tem como principais atribuições: ter ciência, propor e/ou autorizar e acompanhar a implantação e execução dos controles para mitigação dos riscos de negócio, e acompanhar a implementação de controles internos decorrentes de deficiências identificadas pelos Auditores Independentes.

A Companhia possui uma Superintendência específica para os assuntos referentes a Controles Internos, a qual reporta para a Diretoria Executiva de Controladoria. Existem ainda três outras Superintendências, as quais sejam, (i) Riscos, que se reporta à Diretoria Executiva de Finanças e Relações com Investidores, (ii) Compliance, que se reporta ao Conselho de Administração e (iii) Auditoria Interna, que também se reporta ao Conselho de Administração, sendo que tais Superintendências atuam em conjunto para as tratativas dos temas correlatos. Abaixo estão listadas as principais atribuições de cada uma.

Superintendência de Controles Internos: (i) elaborar e executar o plano de trabalho de mapeamento de processos, identificar riscos e desenhar de controles para assegurar a confiabilidade das demonstrações financeiras e processos operacionais; (ii) desenhar os controles necessários identificados nos trabalhos de auditoria interna / externa, riscos e Compliance; (iii) acompanhar a evolução do ambiente de controle da Companhia, monitorando a implantação e execução dos controles; (iv) reportar trimestralmente o status de controle à Diretoria Executiva e aos órgãos de assessoramento do Conselho de Administração por meio de relatórios e apresentações.

Superintendência de Riscos: (i) conduzir o processo de elaboração e atualização da matriz de riscos estratégicos da Companhia, recomendando ações mitigatórias; e (ii) elaborar as políticas de riscos.

Superintendência de Compliance: (i) elaborar e manter o programa de integridade; (ii) avaliar as violações; (iii) elaborar políticas e normas de compliance; (iv) identificar e conduzir ações de mitigação para os riscos de corrupção e fraude na Companhia.

Superintendência de Auditoria Interna: (i) planejar e executar o plano anual de trabalho, recomendando controles para o tratamento dos gaps identificados; (ii) monitorar e reportar para a Diretoria Executiva e comitês de assessoramento do Conselho de Administração sobre o acompanhamento e a implementação de controles internos decorrentes de deficiências identificadas pelos Auditores Independentes.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Cabe às áreas de negócio participarem do desenho dos controles, implementá-los e executá-los.

Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Superintendência de Controles Internos reporta diretamente para o Diretor Estatutário de Controladoria e tem a função de monitorar a implementação de controles sobre as informações financeiras, bem como a execução e qualidade das evidências dos mesmos na Companhia. Os planos de ação para mitigação de riscos são propostos pelo Diretor de Controladoria em conjunto com as áreas de negócio e aprovados pela Diretoria Executiva.

Além disso, a evolução da implementação dos planos de ação é acompanhada mensalmente pela Diretoria Executiva e pelo Comitê de Auditoria.

As informações apresentadas à Administração sobre o ambiente de controle demonstram principalmente: (i) percentual de controles implementados e não implementados; (ii) percentual de controles não executados por área de negócio; e (iii) grau de criticidade dos controles não executados, dentre outros.

Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

- O Grupo Neoenergia dispõe dos seguintes processos e iniciativas:
- Código de Ética;
- Código de Conduta para Fornecedores;
- Política Anticorrupção;
- Política de Conflito de Interesses;
- Política de Recebimento e Entrega de Brindes, Presentes, Hospitalidades e Vantagens;
- Política de Doações e Patrocínios;
- Norma de Orientação do Uso, Controle e Segurança da Informação;
- Norma de Relacionamento com o Poder Público;
- Canal de Denúncias anônimo e independente;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- Procedimentos de investigação e aplicação de medidas disciplinares;
- Canal de consultas éticas para colaboradores;
- Comitê de Ética no Grupo e nas empresas controladas;
- Avaliação periódica de riscos de corrupção;
- Treinamento e comunicação para liderança e colaboradores;
- Cláusula anticorrupção e procedimentos de due diligence de fornecedores.

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Avaliação de riscos de corrupção é efetuada periodicamente. A partir de 2016 a Companhia conduziu uma série de atividades com o objetivo de realizar um levantamento de riscos de corrupção e, assim, atuar na prevenção e melhoria de seu programa de integridade, garantindo sua efetividade. Em 2017 foram construídos os mapas de riscos com objetivo de adotar ações complementares de mitigação ou eliminação dos riscos considerados relevantes. Neste ano de 2018 o mapeamento de riscos será revisado. O levantamento de riscos de compliance é de responsabilidade da Superintendência de Compliance e, até o momento, não foram identificadas quaisquer não conformidades.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Em conjunto com a área de Compliance a estrutura organizacional das áreas de Auditoria Interna, Riscos e de Controles Internos da Companhia e de suas controladas, garantem o monitoramento sistemático do cumprimento das políticas e estratégias estabelecidas complementam e fortalecem a estrutura de gerenciamento de riscos criando três linhas de defesa.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

O Código de Ética do Grupo Neoenergia é revisado anualmente pela Superintendência de Compliance, Comitê de Ética, Diretoria e aprovado no Conselho de Administração.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

· se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados:

O Código de Ética se aplica a todos os colaboradores do Grupo Neoenergia. Este documento deve ser observado pelos fornecedores e prestadores de serviços nas suas disposições que não conflitem com os seus próprios códigos. Para fornecedores existe um Código de Conduta para fornecedores.

· se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema:

A Companhia oferece treinamentos periódicos e de comunicação contínua relacionados à ética, integridade e práticas anticorrupção para sua liderança e seus colaboradores, por meio dos módulos presenciais e à distância (curso online), sendo alguns deles obrigatórios, tais como: Treinamento de compliance e Treinamento de integridade no programa de integração de novos colaboradores.

· as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas:

A Companhia possui uma estrutura para identificar condutas irregulares e proceder com as investigações para apurar os fatos, bem como para aplicar eventuais medidas disciplinares cabíveis, além de recomendar aprimoramentos nos processos para a eliminação de não conformidades.

· órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

A 1ª revisão do Código de Ética do Grupo Neoenergia foi aprovada no Conselho de Administração em 25/05/2016 e divulgada no site e na intranet das empresas do Grupo na página de Ética e Integridade.

B. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

· se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros: A Companhia possui um canal de denúncias gerido externamente por empresa especializada (atualmente a Deloitte).

· se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados: O Canal de Denúncias pode ser utilizado por todos os profissionais do Grupo e pelo público externo, e se destina ao recebimento de relatos de condutas contrárias ao Código de Ética, às Políticas de Integridade e à lei.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- *se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé:* O Canal de Denúncias é gerido por empresa terceira, que garante o anonimato do denunciante. O Grupo Neoenergia não admite retaliações ou punições contra executivos, colaboradores ou quaisquer pessoas que apresentem denúncias ou reclamações que envolvam questões relacionadas ao Código de Ética ou às Políticas de Integridade (conforme mencionado no código de ética).

- *órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias:* A Superintendência de Compliance é responsável pela apuração das denúncias e conta com o apoio da Superintendência de Auditoria Interna.

C. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Este procedimento está em fase de elaboração e previsto no plano de trabalho de Integridade de Compliance para 2018.

D. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido (Item 5.4 com redação dada pela Instrução CVM nº 586, de 08 de junho de 2017).

O Grupo Neoenergia possui regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.4 - Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Não houve alterações significativas nos principais riscos em que a Companhia está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6 Outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram fornecidas acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10.1 - Os diretores devem comentar sobre:**

As informações contidas neste item 10 foram extraídas das Demonstrações Financeiras Individuais da Companhia dos exercícios de 2017, 2016 e 2015. A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais do Grupo constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Afluente T é uma empresa que atua no setor elétrico na área de Transmissão. A geração de caixa da companhia tem sido suficiente para cobrir as despesas operacionais e o pagamento do serviço da dívida.

Endividamento Total (em milhares de R\$)	Exercício social findo em		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e equivalente de caixa	18.945	51	42.264
Títulos e valores mobiliários	-	40.947	237
Patrimônio Líquido	44.935	76.206	78.418

No ano de 2017 a Companhia apresentou, segundo sua Demonstração de Fluxo de Caixa indireta, um consumo de caixa das atividades operacionais de R\$ 2,9 milhões, contra um consumo de R\$ 2,5 milhões observado no ano de 2016 e R\$ 2,4 milhões de 2015. Ainda segundo as demonstrações, as atividades de investimento resultaram em um valor positivo de R\$ 43.300 mil em 2017, R\$ 1,7 milhão em 2016 e R\$ 23,8 milhões em 2015. Além dos fluxos de caixa operacionais, para realização das atividades de investimentos foram utilizados recursos de terceiros, tais como as captações de empréstimos. Os montantes de terceiros incorporados ao caixa líquido foram de R\$ 0,7 milhão em 2017, R\$ 0,6 milhão em 2016 e R\$ 0,5 milhão em 2015, referente à amortizações. Foi desembolsado em recursos aos acionistas o montante de R\$ 13,8 milhões em 2017, R\$ 19,5 milhões em 2016 e R\$ 7,9 milhões em 2015. Assim, o resultado líquido das atividades de financiamento fecharam os anos com saídas de caixa de R\$ 44,5 milhões em 2017, R\$ 20,1 milhões em 2016, R\$ 8,4 milhões em 2015.

Índices de Liquidez	Exercício social findo em		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Liquidez Corrente (Ativo Circulante/Passivo Circulante)	21,59	17,39	10,47
Liquidez Seca (Ativo Circulante - Estoques/Passivo Circulante)	21,59	17,39	10,47

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Liquidez Corrente e a Liquidez Seca refletem a capacidade da empresa para honrar as suas obrigações de curto prazo. A Companhia apresentou um aumento nos seus índices entre 2016 e 2017.

Considerando que a Afluente T apresenta índices de liquidez compatíveis com o setor, a Diretoria entende que a companhia tem condições financeiras e patrimoniais para dar continuidade às suas atividades.

b. estrutura de capital

A estrutura de capital da Companhia teve a seguinte evolução nos últimos três anos:

Estrutura de Capital	Exercício social findo em					
	31/12/2017		31/12/2016		31/12/2015	
			R\$ mil	%	R\$ mil	%
Capital de Terceiros	9.856	17,99%	11.410	13,02%	10.956	12,26%
Capital Próprio	44.935	82,01%	76.206	86,98%	78.418	87,74%
Total	54.791	100,00%	87.616	100,00%	89.374	100,00%

Fonte:DFP

O capital de terceiros considera o passivo circulante somado ao passivo não circulante e o capital próprio leva em consideração o patrimônio líquido da Companhia.

c. comentário sobre a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

A companhia apresenta plena capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e médio prazo, pois adota uma política conservadora por meio da qual busca manter um montante de dívida, estrutura de amortização e prazo médio compatíveis com sua geração de caixa. Mesmo assim, a Companhia não pode assegurar que eventos adversos não ocorrerão e não prejudicarão a capacidade de pagamentos da Companhia. No último ano o índice de cobertura da dívida líquida foi:

Indicador	Exercício social findo em		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Dívida Líquida Total	(16.240)	(37.564)	(38.465)
EBITDA	12.666	16.399	11.220
Dívida Líquida Total/ EBITDA	(1,28)	(2,29)	(3,43)

Fonte: DFP

d. comentário sobre as fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A companhia tem como um dos pontos da sua política financeira priorizar o financiamento dos investimentos junto a organismos multilaterais e agências de fomento, a exemplo do BNDES, BNB, FINEP entre outros. Além dessas fontes, a Companhia tradicionalmente acessa o mercado de capitais doméstico para complementar suas fontes de financiamento, quando este apresenta condições favoráveis. Também faz parte da estratégia acompanhar e ajustar os compromissos financeiros a geração de caixa, evitando dessa forma captações de curto prazo.

e. comentário sobre as fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não faz parte da estratégia da companhia acessar fontes de financiamento de capital de giro. Eventualmente pequenas operações podem ser realizadas apenas com o objetivo de casamento de fluxo de caixa.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Faz parte da política financeira da companhia buscar constantemente alongamento de prazo e redução de custos da sua dívida. O percentual de endividamento, considerando o total do passivo circulante em relação ao total do passivo não circulante é demonstrado na tabela a seguir:

	Exercício social findo em					
	31/12/2017		31/12/2016		31/12/2015	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Passivo Circulante	2.459	24,95%	3.960	34,71%	7.065	64,49%
Passivo Não Circulante	7.397	75,05%	7.450	65,29%	3.891	35,51%
Total	9.856	100,00%	11.410	100,00%	10.956	100,00%

Fonte: DFP

As informações de dívida e índice de endividamento a seguir dizem respeito apenas ao passivo oneroso, diferente do apresentado na tabela acima.

Indicador	Exercício social findo em		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Dívida Líquida Total	(16.240)	(37.564)	(38.465)
Dívida Líquida Total/ EBITDA	(1,28)	(2,29)	(3,43)

Fonte: DFP

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas forward de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2017. Sendo assim, as informações apresentadas abaixo diferem das do cronograma de vencimentos apresentado

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, que considera os índices e moedas realizados no encerramento do período e não as projeções de mercado.

**VENCIMENTO DE LONGO PRAZO**

TOTAL			
	Dívida	Custos Transação	Total Líquido
2019	727	-	727
2020	508	-	508
2021	201	-	201
2022	201	-	201
Após 2022	335	-	335
	-	-	-
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 3.2)	-	-	-
Ajustes de consolidação (Nota 3.3)	-	-	-
Total obrigações	1.972	-	1.972
(-) Depósitos em garantias	-	-	-
Marcação a mercado	-	-	-
Total			1.972

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes;

A tabela abaixo apresenta o contrato de financiamento da companhia:

Credor	Moeda	Encargos Financeiros Anuais	Início	Vencimento	Saldo em 31/12/2017
BNDES	Real	4,5% a 6,0%	2010 - 2014	2020 - 2024	454.907,21

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A companhia mantém contratos de prestação de serviços bancários com diversas instituições financeiras, assim como contratos de escrituração de ações e contratos de conta corrente e transferências bancárias.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia possui dívidas de natureza quirografária e de natureza real, cujas garantias são constituídas principalmente por aval da Neoenergia, fundos vinculados à dívida ou cessão,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

vinculação e centralização de recebíveis. A descrição destas dívidas por natureza de garantia encontra-se conforme indicado no item 3.8. No âmbito dos financiamentos contratados com o BNDES, a Companhia concedeu ao BNDES direitos reais de garantia sobre ações de emissão de algumas de suas subsidiárias não relevantes.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os contratos financeiros do Grupo Neoenergia possuem algumas restrições impostas pelos credores, tais como:

- **Limite de endividamento:**

A maioria dos contratos restringe o endividamento apenas de forma indireta ao exigir o atendimento de certos indicadores financeiros, tais como Dívida Líquida/EBITDA e EBITDA/Resultado Financeiro. Algumas dívidas destinadas a financiamento de projetos, tal como dívidas do BNDES, possuem restrições para a contratação de novas dívidas sem prévia anuência do credor.

- **Distribuição de dividendos:**

A maioria dos contratos não possui restrição para pagamento de dividendos, desde que a Companhia esteja adimplente com suas obrigações. Algumas dívidas destinadas a financiamento de projetos, tal como dívidas do BNDES, possuem restrições para pagamentos de proventos acima do mínimo legal sem prévia anuência do credor.

- **Alterações societárias:**

A maioria dos contratos permite alterações societárias desde que realizadas dentro do Grupo Econômico. As dívidas captadas junto ao BNDES não permitem alterações societárias sem prévia anuência.

O Grupo Neoenergia monitora constantemente suas restrições contratuais para que sejam atendidas. No entendimento da Companhia, as restrições dos últimos três exercícios foram atendidas de forma satisfatória.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Todos os financiamentos foram integralmente utilizados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras constantes dos balanços patrimoniais e das demonstrações de resultado referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 foram extraídas das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários –

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. Estas demonstrações financeiras foram auditadas pelas seguintes empresas: (i) 2017, pela KPMG Auditores Independentes; (ii) 2016 e 2015, pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

ATIVO	2017	AH %	AV %	2016	AH %	AV %	2015	AV %
CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	18.945	>100%	34,58%	52	-99,88%	0,06%	42.264	48,24%
Contas a receber de clientes e outros	3.647	-18,41%	6,66%	4.470	6,78%	5,10%	4.186	4,78%
Títulos e valores mobiliários	-	-100,00%	0,00%	35.722	0,00%	40,77%	-	0,00%
Impostos e contribuições a recuperar	233	>100%	0,43%	80	-36,51%	0,09%	126	0,14%
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	30.257	5,97%	55,22%	28.553	4,44%	32,59%	27.340	31,20%
Outros ativos circulantes	4	0,00%	0,01%	4	-95,45%	0,00%	88	0,10%
TOTAL DO CIRCULANTE	53.086	-22,93%	96,89%	68.881	-6,92%	78,62%	74.004	84,46%
NÃO CIRCULANTE								
Títulos e valores mobiliários	-	-100,00%	0,00%	5.224	>100%	5,96%	237	0,27%
Impostos e contribuições a recuperar	289	0,00%	0,53%	289	2,48%	0,33%	282	0,32%
Depósitos judiciais	141	-18,21%	0,26%	173	44,17%	0,20%	120	0,14%
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	1.275	-90,23%	2,33%	13.049	-10,81%	14,89%	14630	16,70%
Outros ativos não circulantes	-	0,00%	0,00%	-	-100,00%	0,00%	101	0,12%
TOTAL DO CIRCULANTE	1.705	-90,90%	3,11%	18.735	21,89%	21,38%	15.370	17,54%
ATIVO TOTAL	54.791	-37,46%	100,00%	87.616	-1,97%	100,00%	89.374	102,01%

Ativo

Caixa e equivalentes de caixa

A Afluente T é uma empresa com fluxo de caixa superavitário, onde temos uma receita média superior a duas vezes o seu desembolso operacional somado ao serviço da dívida (amortização e juros), tornando-se dessa forma uma empresa acumuladora de caixa. Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Fundos de Investimentos restritos (participação somente das empresas do grupo).

Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2017 a carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por fundos de investimentos exclusivos, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía um pequeno volume em cotas de fundos de investimentos de Fundos abertos, onde estes estão na carteira própria da companhia que são classificados como títulos e valores mobiliários.

A participação de cada empresa, inclusive da Afluente T, em TVM será proporcional a sua participação no fundo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As debêntures com vencimento superior a 2018 entram como LP e as dentro do ano vigente como CP. A participação de cada empresa, inclusive da Afluente T, em TVM será proporcional a sua participação no fundo.

Concessão do serviço público (ativo financeiro)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, e à recebíveis pela construção e operação de linhas de transmissão classificados como ativos financeiros por serem um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro, nas distribuidoras é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes. Nas Transmissoras, essa parcela é remunerada pelo juro efetivo do projeto, auferido através do método de taxa interna de retorno e mensurado através do custo amortizado.

Em 2017 a variação do Ativo Financeiro da Afluente T se deve ao fato de que a concessionária realizou R\$ 0,5 milhões em investimento no Ativo Imobilizado, R\$ 3,7 milhões menor que no exercício anterior. Tal adição é refletida no Ativo Financeiro de Longo Prazo. A TIR anual em 2017 foi de 3,45%, 0,84 p.p menor em relação a 2016, reduzindo a atualização de juros do Ativo Financeiro.

Em 2016, a variação do Ativo Financeiro da Afluente T se deve ao fato de que a concessionária concluiu os investimentos no Ativo Imobilizado relativos ao projeto Tomba/Governador Mangabeira com complementação de 1,055 km de linha de transmissão e em maio de 2016 entrou em operação comercial o projeto de reforço de Brumado II, referente à instalação de 3 chaves seccionadoras na Subestação, sendo R\$ 0,4 milhão menor que no exercício anterior.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Passivo**

PASSIVO	2017	AH %	AV %	2016	AH %	AV %	2015	AV %
CIRCULANTE								
Fornecedores	629	-59,65%	25,58%	1.559	-22,48%	39,37%	2.011	28,46%
Empréstimos e financiamentos	733	-0,27%	29,81%	735	20,49%	18,56%	610	8,63%
Encargos setoriais	138	-72,83%	5,61%	508	229,87%	12,83%	154	2,18%
Impostos e contribuições a recolher	764	-3,54%	31,07%	792	-25,42%	20,00%	1.062	15,03%
Dividendos e juros sobre capital próprio	106	15,22%	4,31%	92	-97,01%	2,32%	3.072	43,48%
Outros passivos circulantes	89	-67,52%	3,62%	274	75,64%	6,92%	156	2,21%
TOTAL DO CIRCULANTE	2.459	-37,90%	100,00%	3.960	-43,95%	100,00%	7.065	100,00%
NÃO CIRCULANTE								
Empréstimos e financiamentos	1.972	-26,94%	26,66%	2.699	-21,22%	36,23%	3.426	88,05%
Encargos setoriais	352	97,75%	4,76%	178	-53,16%	2,39%	380	9,77%
Impostos e contribuições diferidos	4.407	10,34%	59,58%	3.994	0,00%	53,61%	-	0,00%
Provisões	635	14,83%	8,58%	553	>100%	7,42%	37	0,95%
Outros passivos não circulantes	31	19,23%	0,42%	26	-45,83%	0,35%	48	1,23%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	7.397	-0,71%	100,00%	7.450	91,47%	100,00%	3.891	100,00%
PASSIVO TOTAL	9.856	-13,62%	17,99%	11.410	4,14%	13,02%	10.956	12,26%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social	33.085	-47,55%	73,63%	63.085	0,00%	82,78%	63.085	80,45%
Reservas de lucro	11.850	-9,69%	26,37%	13.121	107,22%	17,22%	6.332	8,07%
Proposta de distribuição de dividendos adicional	-	#DIV/0!	0,00%	-	-100,00%	0,00%	9.001	11,48%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	44.935	-41,03%	100,00%	76.206	-2,82%	100,00%	78.418	100,00%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	54.791	-37,46%	100,00%	87.616	-1,97%	100,00%	89.374	100,00%

Fornecedores

Aumento de R\$ 0,5 milhão comparado com o mesmo período do exercício anterior. A Companhia mantém contrato de serviço de operação e manutenção com a Neoenergia O&M, empresa também integrante do Grupo Neoenergia. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía R\$ 10 mil de valores em aberto com a Neoenergia O&M. Em 2016, possuía R\$ 390 mil de valores em aberto. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possuía R\$ 0,5 milhão em aberto com a Neoenergia O&M, pois foram quitados no período corrente.

Taxas Regulamentares

Variação referente à transferência de saldo do longo para ao curto prazo, em decorrência das estimativas de realização dos gastos de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) dos próximos 12 meses.

Impostos e contribuições a recuperar

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre os juros (atualização do ativo financeiro), oriundo dos valores do fluxo de caixa futuros projetados avaliados a valor justo que compõe o ativo financeiro da Companhia.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% para o imposto de renda, sobre a base tributável excedente a R\$ 240 e 9% para contribuição social sobre a base de cálculo tributável. A Companhia possui como regime de apuração o lucro presumido sendo assim, foi estabelecido

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

como base de cálculo tributável o saldo da remuneração de juros referente ao ativo financeiro aplicando a alíquota de presunção.

Provisões

Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de caros e salários entre outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Empréstimos e financiamentos

A Companhia possui contrato FINAME firmado em junho de 2010 com o BNDES e o Banco do Brasil, no valor de R\$ 4,2 milhões, taxa de 4,5% a.a. Adicionalmente, a Afluenta T em setembro de 2014 contraiu mais um financiamento com o BNDES através de repasse do Banco do Brasil no montante de R\$ 1,6 milhão e taxa de 6% a.a. Em dezembro de 2017, a dívida líquida consolidada de Afluenta T foi R\$ 2,7 milhões.

Dividendos e juros sobre o capital próprio

Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.072
Declarados	16.500
Propostos	(19.480)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	92
Declarados	13.788
Pagos no exercício	(13.774)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	106

A variação ocorrida entre os anos de 2016 e 2017 deve-se ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 2016. Os dividendos adicionais propostos foram aprovados na AGO em Abril/17 e foram liquidados dentro do exercício social.

Demonstração do Resultado (Valores em R\$ mil)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	2017	AH%	2016	AH%	2015
Receita Bruta	26.516	(25,92)%	35.792	10,2%	32.479
(-) Deduções da Receita Bruta	(2.870)	(35,35)%	(4.439)	(12,31)%	(5.062)
Receita Operacional Líquida	23.646	(24,58)%	31.353	14,36%	27.417
Custo dos Serviços	(10.425)	(26,46)%	(14.175)	(8,01)%	(15.409)
Lucro Bruto	13.221	(23,04)%	17.178	43,05%	12.008
Despesas gerais e administrativas	(555)	(28,75)%	(779)	(1,14)%	(788)
Lucro Operacional	12.666	(22,76)%	16.399	46,16%	11.220
Resultado Financeiro	2.278	(52,91)%	4.838	15,8%	4.178
Receita financeira	2.629	(51,8)%	5.454	17,27%	4.651
Despesa financeira	(351)	(43,02)%	(616)	30,23%	(473)
Lucro Antes dos Impostos	14.944	(29,63)%	21.237	37,92%	15.398
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.427)	(65,07)%	(6.949)	>100%	(2.765)
Corrente	(2.014)	(31,84)%	(2.955)	6,87%	(2.765)
Diferido	(413)	(89,66)%	(3.994)	-	-
Lucro Líquido do Exercício	12.517	(12,4)%	14.288	13,1%	12.633
Lucro Básico e Diluído por Ação	0,38	65,22%	0,23	15,0%	0,20

A variação no saldo do grupo de Despesas Gerais e administrativas no ano de 2017 para 2016 refere-se à redução na conta de Serviços de terceiros no montante de R\$ 0,4 milhão, Tributos no valor de R\$ 0,05 milhão e Provisões líquidas para contingências no valor de R\$ 0,06 milhão. A variação no saldo do grupo de Despesas Gerais e administrativas no ano de 2016 para 2015 refere-se à redução nos gastos com serviços de terceiros em 2016, porém houve aumento na provisão para contingência devido a contabilização de um processo que estava na Afluente G, mas era da Afluente T no valor de R\$ 0,3 milhão.

Receita:

No exercício de 2017 ocorreram variações na Receita impactadas principalmente pelas seguintes linhas: Remuneração do ativo financeiro e da Receita de operação e manutenção. A Remuneração do ativo financeiro corresponde à aplicação da taxa interna de retorno do projeto (TIR) sobre a base de recebíveis de transmissão, ou seja, é a Receita de remuneração sobre recebíveis. E a Receita de operação e manutenção é proveniente dos contratos de conexão ao sistema de transmissão e uso de rede, ou seja, corresponde à Receita pela disponibilidade da rede elétrica (operação e manutenção da rede) subtraída pela Reversão da RAP (receita anual permitida). Conforme decorre o prazo de concessão o saldo de recebíveis tende a se reduzir, como pode ser verificado através da redução de R\$6.223mil (-29,10%) da Remuneração do ativo financeiro, em linha com o processo de desinvestimento observável através da redução de R\$4.712mil (-90,20%) da Receita de construção da infraestrutura da concessão.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No exercício de 2016 ocorreram variações na Receita impactadas principalmente pelos seguintes fatos: (i) aumento de receitas financeiras sobre aplicações devido a uma maior quantidade de recursos aplicados; (ii) aumento da despesas financeiras de atualização de contingências de R\$ 0,2 milhão devido à contabilização do processo na Afluente T visto que estavam contabilizados na Afluente G indevidamente.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2 - Resultado operacional e financeiro****a. resultados das operações do emissor, em especial:****i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

Componentes da Receita Bruta	2017	AH%	AV%	2016	AH%	AV%	2015	AV%
(a) Remuneração do ativo financeiro	15.163	(29,1)%	58,31%	21.386	26,84%	69,96%	16.860	65,16%
(b) Receita de operação e manutenção	10.720	17,17%	41,22%	9.149	1,79%	29,93%	8.988	34,74%
Outras receitas operacionais	121	>100%	0,47%	33	32,00%	0,11%	25	0,1%
Total	26.004	(14,93)%		30.568	20,0%		25.873	

(a) Remuneração destinada pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão e, remunerar pela construção dos ativos de transmissão através receita auferida pelo cálculo de juros da taxa interna de retorno do projeto sobre saldo de ativo financeiro recebível de concessão de transmissão.

(b) Receita de construção conforme ICPC 01 corresponde a serviços e aquisições de equipamentos incorporados ao ativo de concessão no período.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

	2017	AH%	2016	AH%	2015
Receita Bruta	26.516	(25,92)%	35.792	10,2%	32.479
(-) Deduções da Receita Bruta	(2.870)	(35,35)%	(4.439)	(12,31)%	(5.062)
Receita Operacional Líquida	23.646	(24,58)%	31.353	14,36%	27.417
Custo dos Serviços	(10.425)	(26,46)%	(14.175)	(8,01)%	(15.409)
Lucro Bruto	13.221	(23,04)%	17.178	43,05%	12.008
Despesas gerais e administrativas	(555)	(28,75)%	(779)	(1,14)%	(788)
Lucro Operacional	12.666	(22,76)%	16.399	46,16%	11.220
Resultado Financeiro	2.278	(52,91)%	4.838	15,8%	4.178
Receita financeira	2.629	(51,8)%	5.454	17,27%	4.651
Despesa financeira	(351)	(43,02)%	(616)	30,23%	(473)
Lucro Antes dos Impostos	14.944	(29,63)%	21.237	37,92%	15.398
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.427)	(65,07)%	(6.949)	>100%	(2.765)
Corrente	(2.014)	(31,84)%	(2.955)	6,87%	(2.765)
Diferido	(413)	(89,66)%	(3.994)	-	-
Lucro Líquido do Exercício	12.517	(12,4)%	14.288	13,1%	12.633
Lucro Básico e Diluído por Ação	0,38	65,22%	0,23	15,0%	0,20

No exercício de 2017 ocorreram variações na Receita impactadas principalmente pela redução nas linhas de Remuneração do Ativo financeiro e Receita de Operação e Manutenção. A Remuneração do ativo financeiro corresponde à aplicação da taxa interna de retorno do projeto (TIR) sobre a base de recebíveis de transmissão, ou seja, é a Receita de remuneração sobre recebíveis. E a Receita de operação e manutenção é proveniente dos contratos de conexão ao sistema de transmissão e uso de rede, ou seja, corresponde à Receita pela disponibilidade da rede elétrica (operação e manutenção da rede) subtraída pela Reversão da RAP (receita anual permitida). Conforme decorre o prazo de concessão o saldo de recebíveis tende a se reduzir, como pode ser verificado através da redução de R\$6.223mil (-29,10%) da Remuneração do ativo financeiro, em linha com o processo de desinvestimento observável através da redução de R\$4.712mil (-90,20%) da Receita de construção da infraestrutura da concessão.

O aumento de R\$ 5,2 milhões impactado no Lucro Operacional da Companhia, no ano de 2016, foi influenciado, principalmente, pela Receita de Concessão, bem como pela remuneração pela operação e manutenção da rede. Ressalta-se que o saldo de recebíveis encaminha-se para a redução, de acordo com o prazo de concessão, contudo este resultado

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

foi compensado pelo reajuste anual da RAP (Receita Anual Permitida), em conjunto esses dois fatores gerou um aumento de R\$ 4,7 milhões.

O principal impacto no resultado de 2015 foi o início da vigência das tarifas após o processo da segunda Revisão Tarifária Periódica que iniciou em 2014 e o resultado foi publicado pela ANEEL em 16 de junho de 2015, por meio da Resolução Homologatória nº 1.899, que levou em consideração o disposto no submódulo 9.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET), que estabelecem os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos para realização do Terceiro Ciclo de Revisões Periódicas das receitas das concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica existentes.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita da Afluente T decorre em sua totalidade das atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

Atualmente a Companhia opera as subestações de Pólo, Ford, Funil, Camaçari IV, Tomba, Brumado II e Itagibá no estado da Bahia com potência instalada de 600 MVA, além de 489 km de Linhas de Transmissão e possui contrato de concessão com vigência até agosto de 2027, que tem como objetivo estabelecer as condições para prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica e prevê revisão tarifária a cada 5 (cinco) anos

Em fevereiro de 2016, a Companhia concluiu o projeto Tomba/Governador Mangabeira com complementação de 1,055 km de linha de transmissão e em maio de 2016 entrou em operação comercial o projeto de reforço de Brumado II, referente à instalação de 3 chaves seccionadoras na Subestação.

Em 06 de março de 2017 a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa nº 6.203, que autoriza a Afluente T a construir reforços nas Subestações Funil, Poções II e na Linha de Transmissão que interliga essas Subestações. O prazo para entrada em operação comercial é de 24 meses a partir da publicação da Resolução.

A Receita Anual Permitida (RAP), conforme Resolução Homologatória nº 2258, de junho de 2017, é de R\$ 38.011 mil para o período 2017/2018. De acordo com a Resolução Homologatória nº 2098, de junho de 2016, a RAP para o período de 2016/2017 é de R\$ 37.423 mil para o período 2016/2017. Para o período 2015/2016 a ANEEL homologou uma RAP de R\$ 33.600 mil para a Companhia, excluído PIS/ COFINS referente aos respectivos períodos.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Receita Financeira	2017	AH%	AV%	2016	AH%	AV%	2015	AV%
Renda de aplicações financeiras	2.586	(52,39)%	98,36%	5.432	17,17%	99,6%	4.636	99,68%
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	34	70,0%	1,29%	20	66,67%	0,37%	12	0,26%
Outras receitas financeiras	9	>100%	0,34%	2	(33,33)%	0,04%	3	0,06%
Total - Receita Financeira	2.629	(51,8)%		5.454	17,27%		4.651	
Despesa Financeira	2017	AH%	AV%	2016	AH%	AV%	2015	AV%
Encargos de dívida	(157)	(18,23)%	44,73%	(192)	(10,28)%	31,17%	(214)	45,24%
Atualização de provisão para contingências	(82)	(40,15)%	23,36%	(137)	>100%	22,24%	(6)	1,27%
Outras despesas financeiras	(112)	(60,98)%	31,91%	(287)	13,44%	46,59%	(253)	53,49%
Total - Despesa Financeira	(351)	(43,02)%		(616)	30,23%		(473)	
Total - Resultado Financeiro	2.278	(52,91)%		4.838	15,8%		4.178	

O Resultado Financeiro Líquido da Companhia foi positivo em 2017 em R\$2.278mil. Contudo, quando comparado a 2016, observa-se uma queda de 52,91% frente os R\$4.838mil daquele ano. O principal fator para essa redução deve-se ao menor rendimento das aplicações financeiras, visto a redução da taxa de referência (CDI) de 14,00%a.a. em 2016 para 9,93%a.a. em 2017, equivalente a menos uma redução de 4,07 p.p. Os encargos de dívida variam anualmente conforme as taxas definidas nos contratos, devido ao custo fixo determinado.

2017**Receitas**

Inflação: o IGP-M acumulado de 2017 foi de -0,52%, enquanto no mesmo período do exercício anterior o índice apresentou um resultado acumulado de 7,79%, o comportamento do índice impacta diretamente no reajuste da tarifa de fornecimento de energia elétrica da empresa e na sua receita operacional.

PIB: Um crescimento do PIB tende a refletir um aumento do consumo de energia elétrica.

CDI: O CDI acumulado de 2017 foi de 9,93%, enquanto o acumulado de 2016 foi de 14,00%. A redução 4,07% impacta as receitas financeiras da empresa, tendo em vista que a maior parte das suas aplicações financeiras estão indexadas ao CDI.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Despesas

Inflação: a inflação medida pelo IGP-M descrita anteriormente afeta diretamente os custos operacionais da empresa relacionados aos salários, contratos e demais obrigações relacionadas ao negócio da companhia.

2016

Receitas

Inflação: o IGP-M acumulado de 2016 foi de 7,79%, enquanto no mesmo período do exercício anterior o índice apresentou um resultado acumulado de 10,54%, o comportamento do índice impacta diretamente no reajuste da tarifa de fornecimento de energia elétrica da empresa e na sua receita operacional.

PIB: Um crescimento do PIB tende a refletir um aumento do consumo de energia elétrica, porém, esse não interfere na capacidade de geração de receita da Companhia essa não esta exposta a demanda, pois toda sua capacidade de geração já foi contratada.

CDI: O CDI acumulado de 2016 foi de 14,00%, enquanto o acumulado de 2015 foi de 13,18%. Um aumento de 0,82% impacta as receitas financeiras da empresa, tendo em vista que a maior parte das suas aplicações financeiras estão indexadas ao CDI.

2015

Receitas

Inflação: o IGP-M acumulado de 2015 foi de 10,54%, enquanto no mesmo período do exercício anterior o índice apresentou um resultado acumulado de 3,67%, o comportamento do índice impacta diretamente no reajuste da tarifa de fornecimento de energia elétrica da empresa e na sua receita operacional.

PIB: Um crescimento do PIB tende a refletir um aumento do consumo de energia elétrica, porém,esse não interfere na capacidade de geração de receita da Companhia essa não esta exposta a demanda, pois toda sua capacidade de geração já foi contratada.

CDI: O CDI acumulado de 2015 foi de 13,18%, enquanto o acumulado de 2014 foi de 10,77%. Um aumento de 2,41% impacta as receitas financeiras da empresa, tendo em vista que a maior parte das suas aplicações financeiras estão indexadas ao CDI.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável. Não houve, nos últimos três exercícios sociais, aquisição ou alienação de segmento operacional que tenha causado alterações relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. Não há previsão de introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável. Não houve, nos últimos três exercícios sociais, constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável. Não houve, nos últimos três exercícios sociais eventos ou operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 - Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – International Financial Reporting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- (i) Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo

Adicionalmente, a Diretoria informa que não houveram alterações significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Normas interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

A IFRS 9/CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de ativos/passivos financeiros e de perdas esperadas para ativos financeiros e contratuais, além de novos requisitos sobre a contabilização de hedge. Esta norma substitui o IAS 39/CPC 38 Instrumentos Financeiro – Reconhecimento e Mensuração.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

A IFRS 15/CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia concluiu a avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras, mas ainda não completou sua avaliação detalhada. O impacto real da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamento da Companhia nessa data, a avaliação da Companhia se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento.

Até agora, o impacto mais significativo identificado é que a Companhia reconhecerá novos ativos e passivos por arrendamento operacional de imóveis não residenciais para suas atividades operacionais.

Além disso, a natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento agora vai mudar, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Nos períodos em análise, não houve ressalvas e/ou ênfases presentes no parecer do auditor.

.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade ("IFRS" – Internacional Financial Reporting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- (i) Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- (i) a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo;
- (ii) a análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa; vide nota explicativa nº6
- (iii) análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências; vide nota explicativa nº13

Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

- (i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado.

- (ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores e outros itens financeiros, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

Impairment de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC), que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo ou da UGC não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Uma UGC é definida como o menor grupo identificável de ativos que geram fluxos de entrada de caixa independente dos fluxos de entrada de caixa de outros ativos ou grupo de ativos. O valor recuperável de uma UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido das despesas de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a UGC. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo;
- Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;
- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não houve indicativo de deterioração e em função disso a Companhia não efetuou análise para seus ativos.

Concessão do serviço público (ativo financeiro)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia e (a) estabelece que ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização e (b) regula o preço através do mecanismo Remuneração Anual Permitida (RAP).

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, à qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.
- (b) Parcela referente a recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicionalmente pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. Esses valores são mensurados pelo método de fluxos de caixa futuros estimados de tarifas (RAP), descontados pela taxa interna de retorno do projeto.
- (c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão.
- (d) Reconhecimento da Receita Financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.
- (e) A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, à saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão determinada pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre os juros (atualização do ativo financeiro), oriundo dos valores do fluxo de caixa futuros projetados avaliados a valor justo que compõe o ativo financeiro da Companhia.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% para o imposto de renda, sobre a base tributável excedente a R\$ 240 e 9% para contribuição social sobre a base de cálculo tributável. A Companhia possui como regime de apuração o lucro presumido sendo assim, foi estabelecido como base de cálculo tributável o saldo da remuneração de juros referente ao ativo financeiro aplicando a alíquota de presunção.

Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD")

A PCLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

Receita e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Encargos setoriais

(a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

(b) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

(c) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

d) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 – Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

A Companhia não possui transações (ativas ou passivas) de natureza material, individualmente ou quando agregadas, que não tenham sido apropriadamente registradas nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações contábeis.

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço patrimonial (off balance sheet items), tais como:**i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Não aplicável, pois não ocorreram arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável, pois não ocorreram recebíveis baixados.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável, pois não foram celebrados contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iv. contratos de construção não terminada

Não aplicável, pois não foram celebrados contratos de construção não terminada.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável, pois não foram celebrados contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, pois não foram celebrados contratos que não foram evidenciados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

A Companhia não possui transações (ativas ou passivas) de natureza material, individualmente ou quando agregadas, que não tenham sido apropriadamente registradas nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações contábeis.

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b. natureza e o propósito da operação**
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável aos itens acima. A companhia não possui itens não evidenciados nas demonstrações.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

Em 2015, a Afluente T investiu aproximadamente R\$ 3,5 milhões na construção de dois almoxarifados, aquisição de equipamentos de ensaio, aquisição de sobressalentes, serviços de georeferenciamento das linhas de transmissão existentes e na finalização da implantação do empreendimento da Resolução Autorizativa nº 2.920 que iniciou em 2014.

A Afluente T, em 31 de maio de 2011, foi autorizada através da Resolução Autorizativa nº 2.920, a executar a instalação de 2 módulos de entrada de Linha em 230 kV e Remanejamento da SE Camaçari II para a SE Camaçari IV, localizadas no estado da Bahia, para reforçar o suprimento de energia na Região Metropolitana de Salvador. Este empreendimento entrou em operação em janeiro de 2015.

Em 2016, a Afluente T investiu aproximadamente R\$ 5,2 milhões na substituição de torres de transmissão, equipamentos de subestações, aquisição de sobressalentes e na finalização da implantação do empreendimento da Resolução Autorizativa nº 4.347 que iniciou em 2015, e na finalização da implantação do empreendimento da Resolução Autorizativa nº 2.920 que iniciou em 2015.

A Afluente T, em 24 de setembro de 2013, foi autorizada através da Resolução Autorizativa nº 4.347, a executar a instalação de três chaves seccionadoras, estruturas físicas e alteração de projetos para adequação de barra dupla quatro chaves da SE Brumado II 230/69 kV, localizada no Estado da Bahia, com finalidade de manter a qualidade das instalações e aumentar a confiabilidade do Sistema. Este empreendimento entrou em operação em maio de 2016.

A Afluente T, em 31 de maio de 2011, foi autorizada através da Resolução Autorizativa nº 2.920, a executar a instalação de complementação da linha de transmissão, para separar o circuito da LT 230 kV Camaçari II/ Governador Mangabeira, da CHESF, com a construção de 1 km de linha de transmissão. Este empreendimento entrou em operação em janeiro de 2016.

Em 2017, a Afluente T investiu aproximadamente R\$ 506 mil na substituição de equipamentos de subestações e aquisição de sobressalentes.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Investimentos em andamento:

Em 31 de julho de 2012, foi publicada a Resolução Autorizativa: nº 3.619, posteriormente alterada pela Resolução nº 4.000, de 19/03/2013, autorizando a Afluente T a implantar reforços conforme especificações a seguir:

I – Alteração da tensão de operação da Linha de Transmissão Funil – Poções de 138 kV para 230 kV e seu reencabeçamento da subestação Poções para a nova subestação Poções II, originando o trecho em 230 kV Funil – Poções II.

II – Subestação Poções II:

a) instalação de uma entrada de linha em 230 kV, arranjo barra dupla a quatro chaves, para a Linha de Transmissão 230 kV Funil – Poções II; e

b) adequação do módulo de infraestrutura geral pela instalação de módulo de infraestrutura de manobra e de infraestrutura geral para acessante.

III – Subestação Funil:

a) instalação de uma entrada de linha em 230 kV, arranjo barra dupla a quatro chaves, para a Linha de Transmissão 230 kV Funil – Poções II; e

b) adequação do módulo de infraestrutura geral pela instalação de módulo de infraestrutura de manobra e de infraestrutura geral para acessante.

Em 21 de fevereiro de 2017 foi publicada a Resolução Autorizativa nº 6.203, que complementou as Resoluções Autorizativas 3.619/2012 e 4.000/2013, acrescentando ao escopo inicial a Expansão do setor de 230 kV na SE Funil (RA 6.203/2017), conforme descrito a seguir:

a) Instalação de um módulo de infraestrutura geral para expansão do barramento de 230 kV

b) Desmontagem de um módulo de entrada de linha e três módulos de conexão em 138 kV na subestação desativada

c) Desmontagem de uma torre de aço estaiada 230 kV, circuito duplo

d) Aquisição e instalação de 2,5 km de cabo subterrâneo 230 kV com sete caixas de passagens, para conexão da EL no novo setor de 230 kV.

Considerando a nova Resolução, o investimento total autorizado para o empreendimento passa a ser de R\$ 27,5 MM (base: junho/2016) e a entrada em operação comercial prevista para 06/03/2019 (Prazo de implantação: 24 meses). A Receita Anual Permitida – RAP para o empreendimento é de R\$ 4,9 MM (base: junho/2016)

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Mesmo com a edição da Resolução Autorizativa nº 6.203, o valores de investimento autorizado para o empreendimento é considerado insuficiente pela Neoenergia. Foi então aberta negociação com a Chesf, proprietária da SE Funil, na busca de otimizar o projeto atual e reduzir os custos da obra. Essa negociação deverá envolver também a Agência Reguladora.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Em 2017 a fonte de financiamento para o investimento foi por meio de capital próprio.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não aplicável. Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou desinvestimentos previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não aplicável, pois não houve a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Lei nº. 9.991, de 24 de julho de 2000, determina que as concessionárias do setor de energia elétrica, onde atua o Grupo Neoenergia, devem destinar 0,5% da sua receita operacional líquida para investir em Pesquisa e Desenvolvimento e mais 0,5% em Eficiência Energética (EE). Por sua vez, as empresas de Geração (o Grupo possui 06 empresas com obrigação de investimento em P&D: Baguari I, Geração CIII, Itapebi, Termope, além dos consórcios Águas da Pedra e Teles Pires) e Transmissão (o grupo possui 03 empresas com obrigação de investimento em P&D), são obrigadas a aplicar 1% de sua receita apenas em P&D. Tudo isso sob regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O Grupo Neoenergia, além de cumprir esse dispositivo regulatório, define o tema inovação como um dos valores do Grupo, ratificando a intenção de manter seu parque tecnológico atualizado e, ao mesmo tempo, a sua pretensão de desenvolver e manter em suas empresas os conhecimentos necessários para a adequada prestação de seus serviços e a consolidação de seu posicionamento estratégico.

Os programas anuais de P&D podem ser constituídos de um ou mais projetos, cooperados entre as empresas ou não, e deverão ser propostos de acordo com as instruções dispostas no Manual de P&D. O Manual dos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica foi aprovado pela Resolução Normativa (REN) da Aneel nº219, de 11 de abril de 2006, e posteriormente alterado pelas Resoluções Normativas nº 316, de 13 de

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

maio de 2008, nº 504, de 14 de agosto de 2012 e pela REN nº 754 de 13 de dezembro de 2016.

Segundo as diretrizes básicas do Programa de P&D, todo projeto de P&D deve ser enquadrado em umas das fases da cadeia da inovação, podendo ser classificado como pesquisa básica dirigida, pesquisa aplicada, desenvolvimento experimental, cabeça de série, lote pioneiro ou inserção no mercado.

Considerando esses conceitos, a Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. – Afluente T teve 01 projeto de P&D em andamento no período de 2015 a 2017, da, listado abaixo, referindo-se às fases da cadeia de inovação da pesquisa básica dirigida, da pesquisa aplicada ou do desenvolvimento experimental sendo considerados projetos de pesquisa:

PD-7284-0001/2016 - Método Modificado da Superposição para o Compartilhamento de Responsabilidades Harmônicas. Este projeto conta com a cooperação da Afluente T (proponente), Coelba, Cosern, e Consórcio Energética Águas da Pedra – EAPSA, e tem por objetivo a obtenção de hardware e software para aplicação prática do método da Superposição Modificado para o compartilhamento de responsabilidade entre a rede e uma unidade de geração convencional ou não, e, vice-versa. Determinação das parcelas de responsabilidades harmônicas entre as partes envolvidas.

O projeto PD-7284-0001/2016 - Método Modificado da Superposição para o Compartilhamento de Responsabilidades Harmônicas encontra-se em andamento, tendo sido iniciado em 2016.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os montantes totais investidos pela Afluente T em projetos de P&D em fase de pesquisa de P&D (pesquisa básica dirigida, pesquisa aplicada e desenvolvimento experimental), somados aos recursos destinados à gestão do Programa de P&D, corresponderam aos seguintes valores:

- Em 2015, R\$ 25.340,51;
- Em 2016, R\$ 55.815,21;
- Em 2017, R\$ 348.717,37.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

No desenvolvimento de projetos no Grupo Neoenergia, que geram novos produtos e serviços, também são incluídos os projetos do programa de P&D que pertencem às fases da cadeia de inovação: cabeça de série, lote pioneiro e inserção de mercado.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Dessa forma, no período de 2015 a 2017, a empresa Afluenta T não desenvolveu projetos de P&D nestas fases da cadeia de inovação.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No período de 2015 a 2017, a empresa Afluenta T não realizou desembolsos para a execução de projetos de P&D em fase de cabeça de série, lote pioneiro ou inserção de mercado.

v. fontes de financiamento dos investimentos

No período de 2015 a 2017, não houve ingresso de financiamento externo para projetos de P&D.

vi. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável. Não existem desinvestimentos em andamento ou previstos.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não aplicável. Não houve outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenha sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.